

## REFLEXÕES SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO E O PRIVADO: O INDIVIDUALISMO E AS QUESTÕES DE CIDADANIA

*Lívia Serretti Azzi\**

*Regiane Oliveira Flauzino*

*Coautor: Rogério Rodrigues*

### **Resumo:**

O artigo toma como objeto de estudo uma análise do sentido da cidadania como instrumento para realização de direitos do indivíduo nas interfaces entre o público e o privado. Busca-se compreender, no pensamento de Hannah Arendt, os pressupostos e fundamentos sobre a perda da liberdade política no mundo moderno, a construção figurativa do indivíduo e o papel do espaço público enquanto precursor da ação, garantia de direitos e liberdade. Articula-se ainda a crítica da modernidade apresentada por Olgária Matos diante da construção figurativa do indivíduo na lógica do mercado mundial, repercutindo nas questões de cidadania relativas às condições contemporâneas dos direitos sociais nas diferentes temporalidades do mercado e do Estado.

**Palavras-chave:** Cidadania, espaço público, espaço privado.

### **Abstract:**

This article focuses in analysing the sense of citizenship as means to achieve the individual's rights at the interfaces between the public and the private. Following the reflexions of Hannah Arendt, this article strains to comprehend the assumptions and foundations behind the loss of political freedom in the contemporary world, the figurative construction of the individual and the role of the public space as a forerunner of the action, assurance of the rights and freedom. It argues also the criticism of modernity presented by Olgária Matos against the figurative construction of the individual in the logic of the global market, reflecting on the issues of citizenship related to the contemporary conditions of social rights in distinct temporalities of the market and the State.

**Keywords:** Citizenship, public space, private space.

---

\* *Lívia Serretti Azzi* – Mestranda Área Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade - DTecS - pelo Instituto de Engenharia de Produção e Gestão (IEPG/UNIFEI): <http://lattes.cnpq.br/4312726647342920>

*Regiane Santos Flauzino de Oliveira* – Mestranda Área Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade – DTecS - pelo Instituto de Engenharia de Produção e Gestão (IEPG/UNIFEI) – Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5414991113254890/>

*Rogério Rodrigues* – Doutor Professor Adjunto IV do programa de pós-graduação Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade - DTecS - pelo Instituto de Engenharia de Produção e Gestão (IEPG/UNIFEI): <http://lattes.cnpq.br/3509356707584426>

Refletir o sentido da cidadania nas interfaces do espaço público e o espaço privado, no pensamento de Hannah Arendt, remete compreender como se deu tal distinção entre as esferas privada e pública na sociedade. Na experiência da *pólis* é que se vivenciava a vida política, tomavam as decisões mediante as palavras e persuasão, e não pela força e violência. A ordem no lugar da persuasão e a força mediante a violência eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da *pólis*, característicos do lar e da vida em família. A *pólis* e a família representaram pólos importantes de distinção entre as esferas privada e pública nos quais família e política existiam como entidades distintas. Depois surgiu a esfera social, que não era nem privada nem pública, implicando em um fenômeno relativamente novo da era moderna, eclodindo em sua forma política no advento Estado-nação.

Tanto em “Entre o passado e o futuro” quanto em “A condição humana”, Hannah Arendt recorre à Grécia Antiga para caracterizar e distinguir o que chamamos hoje de esferas pública e privada da vida. Ela diz, em “Entre o passado e o futuro” (2011, p. 159): *o homem livre, o cidadão da pólis, não é coagido pelas necessidades físicas da vida nem tampouco sujeito à dominação artificial dos outros. Não apenas não deve ser um escravo, como deve possuir e governar escravos.* Na antiguidade, a *pólis* ateniense era por primazia o local político que funcionava sem uma divisão entre governantes e governados, cujos cidadãos, somente aqueles que possuísem tempo de lazer e faculdade de transitar entre o lar - espaço privado - e o espaço público, poderiam assumir uma conduta da vida pública enquanto mediadores da ação e do discurso. Crianças, mulheres e escravos não livres constituíam a família comandada pelo domínio absoluto do chefe no lar, onde desenvolviam as atividades do labor: necessidades vitais e básicas como alimentação, descanso e reprodução. Relativo a esse contexto, em “A condição humana” (2004, p.34), diz: *o que nos interessa é a extraordinária divisão decisiva entre os domínios público e privado, entre a esfera da pólis e a esfera do lar, da família, e, finalmente, entre as atividades relativas ao mundo comum e aquelas relativas à manutenção da vida.*

Para Hannah Arendt (2004, p. 34), o que chamamos de “sociedade” é o conjunto de famílias economicamente organizadas de modo a constituírem uma forma política de organização denominada “nação”. É muito provável, diz a autora, que o surgimento da cidade-Estado e do domínio público tenha ocorrido à custa do domínio privado da família e do lar. O que conferia a participação do homem nos assuntos do mundo na *pólis* era o fato de ter um lugar propriamente seu, uma casa que impedia que a vida

privada fosse violada. E salienta: os limites que cercava cada propriedade não eram os mesmos, tal como concebemos na propriedade privada, e sim no conceito dos antigos, no qual os cidadãos dividiam suas colheitas nas cidades gregas por determinação da lei independente de cada um deles terem a propriedade incontestemente de seu pedaço de terra.

Na esfera do lar, o que se fazia distintivo da esfera pública era o fato dos homens viverem juntos para suprirem suas necessidades e carências, além disso, o poder paterno só era limitado em caso de conflito com os interesses da cidade. O domínio da *pólis* era a esfera da liberdade, esfera em que se caracterizava como *locus* exclusivo da esfera política, onde se venciam a necessidade das atividades do lar: manutenção e sobrevivência individual, sendo então, um fenômeno pré-político:

(...) os seres humanos são sujeitos à necessidade, têm o direito de empregar a violência contra os outros; a violência é o ato pré-político de libertar-se da necessidade da vida para conquistar a liberdade no mundo. Essa liberdade é a condição essencial daquilo que os gregos chamam de felicidade, *eudamonia*, que era um estado objetivo dependente, em primeiro lugar, de riqueza e saúde. Ser pobre ou ter má saúde significava estar sujeito à necessidade física, e se um escravo significava estar sujeito, também, à violência praticada pelo homem (ARENDDT, 2004, p. 37).

A diferença mais marcante entre a *pólis* e o lar estava em se conhecer entre “iguais” no campo da liberdade, enquanto no campo da necessidade imperava a mais severa desigualdade. Ser livre era ter, significativamente, autonomia em relação ao outro e ao lar, poder deixar o lar para ingressar no domínio político, da igualdade, ao passo que no lar não existia liberdade. Eis uma diferenciação importante dos tempos modernos: a igualdade, longe de estar ligada a justiça, era a própria essência da liberdade, pois ser livre já significava estar isento da desigualdade presente no ato de governar, numa esfera que não existia governo nem governado.

Entendendo como era a vida na *pólis*, cabe salientar a nítida oposição e profunda diferença entre as concepções modernas e da antiga política: *no mundo moderno, os domínios social e político diferem muito menos entre si, a política é apenas uma função da sociedade - a ação, o discurso e o pensamento são, fundamentalmente, superestruturas assentadas no interesse social* (ARENDDT, 2004, p. 39). O caráter privativo da privacidade, na percepção dos antigos, indicava literalmente *um estado de encontrar-se privado de alguma coisa, até das mais altas e mais humanas capacidades do homem*. Viver uma vida unicamente privada, própria do indivíduo (*idion*), *fora do mundo do que é comum, é idiota por definição*.

Já a *privatidade* moderna, palavra utilizada por Arendt para enfatizar que não pensamos mais em privação quando a empregamos, houve um enorme enriquecimento da esfera privada por meio do individualismo moderno, fato histórico e decisivo cuja função mais relevante é abrigar o que é íntimo, não como oposto da esfera política, mas da esfera social em que está mais autenticamente relacionada. A autora recorre à Rousseau, como o primeiro eloquente explorador da intimidade, numa rebelião contra a insuportável perversão do coração humano pela sociedade. E assim o faz para lembrar do surpreendente florescimento da poesia e da música, entre meados do século XVIII ao início do século XIX, acompanhado do romance como forma de arte inteiramente social, declínio das artes mais públicas, como a arquitetura, e representa a estreita relação entre o social e o íntimo. Foi essa mesma reação rebelde da sociedade que fez com que os românticos descobrissem a intimidade, dirigida contra as exigências niveladoras do social.

Após a moderna desintegração da família, houve uma absorção da unidade familiar por grupos sociais correspondentes, a igualdade desses grupos remetia, não a uma igualdade entre pares, mas sobretudo, a igualdade dos membros da família ante o poder do chefe do lar. Quer dizer, ao haver um único interesse comum e de opinião unânime, o poder efetivo se transferia para um único homem, que exercida poder efetivo e representava o interesse comum e opinião correta:

É verdade que o governo de um só homem, o governo monárquico, que os antigos diziam ser a forma organizacional da família, é transformado na sociedade (como hoje a conhecemos, quando o topo da ordem social já não é constituído pela casa real de um governo absoluto) em uma espécie de governo de ninguém. Mas esse ninguém, o suposto interesse único da sociedade como um todo em questões econômicas, assim como a suposta divisão da opinião única da sociedade educada dos salões, não deixa de governar por ter perdido sua personalidade. Como verificamos pela forma mais social de governo, isto é, pela burocracia (o último estágio do governo no Estado-nação, tal como o governo de um só homem constituía o primeiro estágio do despotismo benevolente e do absolutismo), o governo de ninguém não é necessariamente um não-governo; pode, de fato, em certas circunstâncias, vir a ser uma das mais cruéis e tirânicas versões (ARENDR, 2004, p. 49).

Se, na antiguidade, a possibilidade de ação era excluída do lar doméstico, no estágio moderno dos salões da alta sociedade, ao invés de ação, esperava-se de cada um dos membros um certo tipo de comportamento que atendesse a inúmeras e variadas regras de modo a “normalizar” todos os membros. Com Rousseau, explica Arendt,

entendemos que as convenções sempre equacionam o indivíduo com sua posição dentro da estrutura social. Com o surgimento da sociedade de massas, ao contrário, o domínio do social atingiu todos os membros de uma determinada comunidade, conquistando uma igualdade que é apenas o reconhecimento político e jurídico no mundo moderno, cuja sociedade conquistou o domínio público e que a distinção e a diferença tornaram-se assuntos privados do indivíduo.

Na visão apresentada em “Entre o passado e o futuro”, há uma crise profunda no mundo contemporâneo: a época moderna representa um momento de ruptura do homem com os valores tradicionais da antiguidade e da religião, alterando a orientação dos homens no mundo e deixando-os sem referências supremas para seguir. Essa crise é política e seu sintoma mais significativo foi ter se espalhado para as áreas pré-políticas, remetendo à perda de autoridade na criação dos filhos e na educação.

O conceito de autoridade enfatizado pela autora é de origem platônica, definido em contraposição à coerção pela força, a favor da persuasão através de argumentos. Com a perda da autoridade, a dúvida geral da época moderna invadiu também o domínio político e, conseqüentemente, a sensação de permanência e de segurança no mundo. Se antes a ação característica da *vita activa* como expressão política através dos atos e palavras garantia ao homem a condição fundamental da natalidade e confirmava sua existência no mundo, com o advento da revolução industrial a vida pública se desfragmentou em prol de atividades fabris, do agir do homem sobre a natureza, fazendo do trabalho atividade imperiosa para a vida, onde se busca a satisfação das necessidades heterônomas, marcada pela crescente alienação do mundo na época moderna, o que nas palavras de Hannah Arendt (2011, p. 125), *conduziu a uma situação em que o homem, onde quer que vá, encontra apenas a si mesmo*. Trata-se de uma construção figurativa do indivíduo desinteressado de responsabilidade em conseqüência da ruptura com o mundo comum, no qual o outro passa a ser indiferente, não há mais diálogo nem debate de diferentes perspectivas, apenas um jogo de interesses individuais desprovido de importância coletiva.

Com o advento da sociedade na admissão das atividades domésticas e da administração do lar no domínio público, houve uma tendência a crescer e liquidar os domínios mais antigos do político e do privado. Sabe-se que há, em “A Condição Humana”, uma rígida distinção entre os domínios público e privado, enquanto a esfera social é caracterizada como um domínio híbrido que acaba por promover uma indistinção entre os mesmos. A esfera da intimidade, instituída nesta ordem, foi

canalizada no próprio processo de vida para o domínio público: *o novo domínio social transformou todas as comunidades modernas em sociedades de trabalhadores e empregados; essas comunidades concentram-se imediatamente em torno da única atividade necessária para manter a vida* (ARENDDT, 2004, p. 56).

Desde o nascimento, o ser humano é condicionado pela vida biológica a trabalhar para atender suas necessidades. A atividade do trabalho, mesmo sendo promovida à estatura de coisa pública, permaneceu aprisionada ao processo vital de satisfazer as necessidades do homem. Todavia, após a Revolução Industrial, a circularidade do trabalho voltou-se para o consumo.

Voltando à antiguidade, Arendt lembra que a escravidão não foi um artifício para obter mão-de-obra barata, nem instrumento de exploração para fins lucrativos, e sim, a tentativa de excluir o trabalho das condições de vida do homem. Ao empregar o conceito: *animal laborens*, assim o faz para deixar claro que o homem é apenas mais uma das espécies da Terra, a mais desenvolvida, na melhor das hipóteses.

Não é surpreendente que a distinção entre trabalho e obra tenha sido ignorada na Antiguidade Clássica. A diferenciação entre a casa privada e o domínio político público, entre o doméstico que era um escravo e o chefe da casa que era um cidadão, entre as atividades que deveriam ser ocultadas na privacidade e aquelas que eram dignas de serem vistas, ouvidas e lembradas, obscureceu e predeterminou todas as outras distinções, até restar somente um critério: é em privado ou é em público que se gasta a maior parte do tempo e do esforço? (ARENDDT, 2004, p. 104-105).

Sobre esta questão, é preciso compreender primeiro, a complexidade da condição humana e sua relação com o conceito do homem como trabalhador, utilizada por Arendt, ou seja, a vitória do *animal laborens* na era moderna. Aquele que torna possível a transformação da obra em trabalho, faz dos objetos de uso serem objetos de consumo. O trabalho é a atividade na qual o homem exerce suas funções vitais para garantir sua existência, sendo um exercício essencialmente solitário, ainda que possa ocorrer coletivamente, não há um convívio ativo com o mundo nem com os outros homens, o que há durante o trabalho é um movimento solitário do corpo para se manter vivo, mesmo na presença dos outros, o homem se mantém aprisionado ao trabalho, pois a pluralidade, própria da ação, não é experimentada.

O trabalho é, para Hannah Arendt, uma atividade de subsistência em que o homem exercita a benção da vida como um todo, mas não transcende a vida, o esforço e

gratificação exercidos voltam-se para a produção e o consumo. Obra ou fabricação corresponde à condição humana na mundanidade, ou seja, constitui-se de um mundo humano formado por reificação e coisificação do *homo faber*.

O *homo faber* visa a troca de produtos, relaciona na comunidade dos homens apenas no mercado de trocas, enquanto fabricante das coisas, não estabelece um metabolismo com a natureza, mas a viola e extrai dela materiais para uma infinidade de coisas. Diferentemente, o *animal laborens*, já aqui dito, visa somente a responder ao estar vivo, incapaz de construir ou habitar o domínio público, mundano. A política surge, então, na vida do homem não nas atividades laborais, nem fabris, e sim no espaço que Arendt (2004, p. 287) define por primazia na relação *entre-os-homens*:

Em nosso mundo, a aparente eliminação do trabalho, como esforço doloroso ao qual toda vida humana está vinculada, teve, em primeiro lugar, a consequência de que a obra é agora executada à maneira do trabalho, enquanto os produtos da obra, objetos destinados ao uso, passaram a ser consumidos como se fossem meros bens de consumo. Analogamente, a tentativa de eliminar a ação em virtude de sua incerteza e de salvar de sua fragilidade os assuntos humanos, tratando-os como se fossem ou pudessem vir a ser produtos planejados da fabricação humana, resultou em primeiro lugar, na canalização da capacidade humana de agir, de iniciar processos novos e espontâneos, que jamais existiriam sem os homens, para uma atitude em relação à natureza que, até o último estágio da era moderna, se limitara a explorar as leis naturais e a fabricar objetos a partir de materiais naturais.

A era moderna na visão de Arendt é diferente do mundo moderno, este iniciou-se politicamente com as bombas atômicas, enquanto aquela iniciou-se com o pensamento científico (século XVII) e perdurou até o limiar do século XX. Nosso século combinou de maneira singular industrialismo e militarismo, expansão do capitalismo milionário e dissipação do Estado-Nação, racismo e patriotismo em um misto praticamente indiscernível entre Ciência e falsa consciência, entre conformismo científico e o político. Sua gênese encontra-se na racionalidade que constitui o mundo moderno. Neste sentido, Hannah Arendt (2004, p. 37) escreveu ter sido Galileu um dos primeiros a realizar um gesto de alienação do homem no mundo, ao transformar a observação a longa distância pela utilização do telescópio, alienação esta que provocou uma separação entre o homem e o universo. Diferentemente do saber medieval que pretendia preparar o homem para a santidade, e do Renascimento, que buscava a geometria cósmica, a ciência moderna é essencialmente mundana, dela derivam nossos bens úteis e materiais. A Ciência desenvolve-se em um universo que ignora o homem,

enquanto o homem vive em um mundo que ignora o universo. Colocando-se acima da humanidade, a ciência constrói um sujeito abstrato, concebendo a natureza por triângulos, retas e planos. O mundo natural passa a ser considerado segundo regularidades quantificáveis, enquanto o homem é incoerente e imprevisível.

As reflexões de Hannah Arendt, em *A Condição Humana*, relativas à era moderna, demonstram um resgate às origens da moderna alienação resultante da vitória do *animal laborens* ao alienar-se da Terra e do Mundo para a produção técnica da vida, inviabilidade da tradução das verdades científicas em discurso e separação do conhecimento técnico do pensamento. Todavia, o advento da automação também trouxe consigo uma sociedade de trabalhadores que nem sempre têm trabalho.

Para a autora, o espaço público só pode ser construído pela ação e pelo discurso, de modo que haja recordação e memória comum aos homens e atos capazes de movimentar o mundo em novo começo. É no campo da política que o homem pode exercer a cidadania e potencialidades da vida humana, isso só é possível através da liberdade. *Sem ela, a vida política como tal seria destituída de significado. A raison d'être da política é a liberdade, e seu domínio de experiência é a ação* (ARENDR, 2011, p. 192).

Na medida em que temos uma restrição da liberdade no mundo cultural e histórico, devido às determinações econômicas e do poder do mercado, é pertinente analisar o espaço público e o privado sob a ótica do individualismo e as questões de cidadania nas condições contemporâneas dos direitos sociais. Olgária Matos (2008) traz contribuições importantes sobre essas questões e lembra que nas diferentes temporalidades do mercado e do Estado ocorreram sucessivas flexibilizações dos direitos sociais, nas condições contemporâneas de reprodução e acréscimo do capital.

A lógica da rentabilidade em curto prazo nas privatizações, por exemplo, correspondem à transferência do público para o privado, remetendo a cidadania ao âmbito dos interesses individuais, já que com a associação do público ao privado ocorre flexibilização das leis trabalhistas, aumento do desemprego e, usando os termos de Matos, miséria material e espiritual.

A cultura capitalista correspondente à transformação da economia de mercado em sociedade de mercado, conduz uma simbiose econômica constituída pela dessublimação repressiva de desejos, consumo excessivo e produção permanente de carências e falta, determinada pela cultura do excesso, de forma que a sociedade de mercado se reduz à incivilidade.



A questão não é o mercado em si, mas a hegemonia do mercado e as conseqüências provocadas nas esferas da vida pública, privada e da intimidade, não há mais uma autonomia do indivíduo, tudo passou a ser colonizado pelas determinações das leis da economia, ficando ao poder do mercado, do custo e benefício, ocorrendo, conseqüentemente, uma restrição na liberdade já que a vida social, a vida de cada um, passa a ser organizada pelas conveniências das razões mercadológicas. A desagregação do sentido da vida em comum, entendidas tanto por Arendt e Matos, é a alienação do homem em sentir-se estranho e supérfluo no mundo.

A obsessão e as rotinas de produção e do consumo liquidaram com a capacidade do homem para o exercício da autonomia e da criatividade. Os cidadãos alhearam-se da representação, sem no entanto terem desenvolvido participação política exercitáveis em políticas mais amplas. A lógica da rentabilidade em curto prazo nas privatizações, por exemplo, corresponde à transferência do público para o privado, remetendo a cidadania ao âmbito dos interesses individuais, já que com a associação do público ao privado ocorre flexibilização das leis trabalhistas, aumento do desemprego e vazio simbólico a ser preenchido pelas relações sociais de reprodução social (na família e nos espaços públicos).

Com o advento da revolução industrial, a vida pública se desfragmentou em prol das atividades fabris, a sensação de permanência e de segurança no mundo alterou para um mundo cheio de espaço e vazio de sentidos, imperativos econômicos impostos pelas multinacionais e transnacionais, estratégia simbólica do capitalismo em se integrar na lógica do consumo todas as classes populares do espaço mundial.

A todo momento é criado um novo produto, os pertences tendem a ficar ultrapassados a cada dia que passa, ocorre uma sensação de sempre faltar algo: a lógica do mercado cuja ordem é a lei esmagadora das sociedades, culturas e movimentos sociais. Neste sentido, em “Mal-Estar na Contemporaneidade”, Olgária Matos (2008) afirma que o capitalismo contemporâneo – que produziu a modernidade – é dominado pelo princípio do rendimento, do desempenho e das performances do empregado em seu trabalho. Nas palavras de Olgária Matos (2008), *no capitalismo contemporâneo domina o cada um por si*.

A obsessão de eliminar o concorrente na busca do lucro se duplica na vontade também aguerrida de eliminá-lo na conquista de postos. A cultura do ódio provoca eliminação em lugar da cooperação. As solidariedades de classe se desmancham em proveito da ferocidade supostamente favorecedora dos melhores (MATOS, 2008).

Isto significa *um ambiente de trabalho policiado por uma administração que dá conselhos, mas conselhos sem experiência e sem ligação nenhuma com a história do próprio trabalhador*, diz Matos (2008). Ainda a autora afirma que neste contexto ignora-se a temporalidade da experiência, da felicidade e do conhecimento. E acrescenta: *a temporalidade é institucionalmente organizada constituindo o atributo mais eminente da dominação, pois corresponde a um encolhimento do espaço das experiências na vida social e de liberdade*. E continua a autora afirmando que *essa liberdade tem acesso ao passado e ao futuro e a uma construção de uma subjetividade democrática que representa a edificação de uma história e de uma identidade comum, na medida em que esta marca um ambiente de objetivos e de significações partilhadas*.

Desta forma, o mercado segue hegemônico com relação as esferas da vida, desta forma não mais independente no que se refere a esfera da intimidade ou individualidade. Tudo passa a ser tomado pelo mundo externo e as determinações econômicas. Assim, os sujeitos se adaptam as razões do mercado, que, por sua vez segue acelerado, e acelera também o presente tomando conta de espaços como trabalho e o estudo.

Matos (2008) afirma que o “presenteísmo”, é a aceleração do presente, este aderido à temporalidade apropria-se de todos os espaços de democracia, começando pela educação. Educação esta que deixa de ser para a liberdade, para direitos e deveres, e torna-se *educação para a adaptação, na ploriferação de direitos sem a lei pan-inclusiva que deveria presidi-los*, na expressão de Matos (2008).

O mercado assim, é o fator regulador e organizador da vida social e dos indivíduos. Prepara-se, portanto, os jovens para adaptar-se ao mundo tal como ele é dominado pelas palavras eficiência, eficácia, metas e outros jargões como: “é preciso estar na frente dos concorrentes”, “é preciso ser o melhor pois há poucas vagas no mercado”, frases estas constantemente pronunciadas em anúncios de escolas privadas.

Desta forma, conforme Matos (2008), *seus efeitos na educação se constituem no desaparecimento da noção da “cultura geral” pela “cultura comum”, cuja finalidade é preparar os jovens para entrar no mundo tal como ele é*. As metas de estudantes e trabalhadores giram em torno do *status quo*, que mantém acesa a chamada “motivação” para a realização das coisas. Os títulos acadêmicos não coroam o *status* de um intelectual, capaz de promover o crescimento de virtudes humanas, mas sim são necessários apenas para galgar novos “andares” ou postos de trabalho.

De tal modo, Matos (2008) afirma que essa adesão ao presente plano, caso permita algum sonho – este é paradoxal – sonha tão somente com o *status quo*, deseja

que nada de novo venha abrir o tempo histórico e o futuro. Na expressão da autora: *o tempo na contemporaneidade é fatalizado pela ordem das urgências, que significa uma oscilação na razão instrumental, o culto do meio e o esquecimento dos fins. Ele é o reino das revoluções tecnológicas e do progresso.*

A essa circunstância, Matos (2007) recorre a Weber, para distinguir o que antes de Adorno e Horkheimer denominou “razão instrumental”, e se constitui em cientificismo, o que significa adesão que não critica a ciência e suas práticas. Tem-se neste caso uma adesão ao conceito de progresso linear e contínuo, e neste caso, redimensiona-se a razão em sentido tecnológico. Isto envolve a política e a economia, e abandona-se como afirma a autora, *o ideal de reflexão, contemplação e liberdade de pensamento e, por fim, à exaltação do mercado como sucedâneo da busca da felicidade.*

Ainda hoje poucos têm acesso a este universo da reflexão e do saber visto que se estão muito ocupados em fazer uso do tempo para as urgências do mundo do trabalho, também no acadêmico, que deveria ter perpetuidade do conhecimento sua vocação. Matos (2007) afirma que o Iluminismo e a Revolução Francesa tinham na educação o robustecimento tanto político quanto espiritual da democracia. Através deste viés foram bem sucedidos em seu projeto civilizatório. Isto porque compreenderam que a educação, a cultura e as artes eram um bem a que todos tinham igualmente direito, e que previne que a miserabilidade se erigisse como política de Estado, que corresponde as políticas educacionais contemporâneas vigorantes, segundo as quais *é melhor dar pouco para muitos do que muito para poucos. Entenderam que um povo começa a existir por suas necessidades espirituais.*

Na atual política, vemos serem repassadas as responsabilidades da educação para o setor privado assim como outros serviços como saúde e transporte por exemplo. Em troca da suposta diminuição dos custos nos orçamentos públicos, transfere a responsabilidade do público para o privado, como afirma a autora:

Eis por que a privatização da educação, assim como de outros serviços públicos de cunho social, designa a renúncia a essa tarefa e repassa do público ao privado a segurança no futuro do povo. Os serviços de saúde, a rede de transporte, o correio, a educação são supostos a operar na duração, se não na permanência do tempo, para responder a necessidades sociais inscritas no tempo longo. O Estado transfere ao mercado sua capacidade de assegurar o futuro dos cidadãos. (MATOS, 2007)

Matos (2007) afirma que não há proteção para ideias que assegurem dignidade às “ciências do espírito”, por meio da universidade moderna ligadas ao projeto de formação de uma identidade da cultura. Segundo a autora a universidade cultural foi substituída pela universidade da excelência *sem que se atribua a esta um conteúdo cultural*. Na expressão da autora, sob o *argumento do direito de escolha e da convivência entre os espaços público e privado*, entrega-se portando a continuidade ou os tesouros de uma cultura às mãos dos interesses privados. Pensa-se nos conteúdos educacionais a partir da ótica de mercado.

Desta forma, as *próprias humanidades* variam entre uma prestação de serviços ao consumidor e a prática da pesquisa, atuante aqui como valor de troca e até mesmo como forma de atrair investimentos das chamadas agências financiadoras. Assim, o mercado também é fator ou critério de transformação de programas educacionais e, por conseguinte, de comportamentos intelectuais. Assim afirma a autora que é na contramão da hegemonia do mercado, que na universidade pública: *o pensamento é trabalho não-produtivo, não deve procurar ser econômico, ele se inscreve melhor na economia do desperdício do que naquela restrita do cálculo*. (Matos, 2007)

Matos (2007) afirma que as ciências e as humanidades se desenvolveram, ambas, a partir da literatura e da filosofia, pois estas encontram-se duradouramente vinculadas a suas origens de laço social. Assim corrobora a autora os pensamentos da Academia platônica e do Liceu aristotélico, como padrões de universidades, onde se estabeleceu o auge do espaço de individuação e de cidadania política. Descreve a autora que a educação é portadora da *philia*, que significa *laço de afeição, ternura, admiração, sublimação e convivência: sem philia não há futuro político, isto é, paz social*.

O produto do mercado está no entorno do lucro, redução de custos – e isso inclui mão de obra “barata” e cortes de pessoal. Nisto não se observa essa relação de filiação ou paternidade. De acordo com Matos (2007), o mercado não pode produzir nenhum tipo de *philia* visto que seus objetivos são, por primeiro, calculáveis e sucessivamente descartáveis. Já os objetivos de *philia* não correspondem ao valor uso ou de troca, mas valores de puro afeto, o que não tem preço.

A costura simbólica entre o passado e o presente, entre as diversas idades da vida (a cultura como eixo de pesquisa, produção e irradiação de saberes), corresponde à universidade da cultura, a das “relações sociais e de *phylia* nacional”, que está sendo substituída pela “universidade do conhecimento” ou da “excelência”, pelas tecnologias de informação e comunicação, a formação pela performance, o sentido dos saberes pelo *know-how* técnico,

produzindo incivilidade: a economia de mercado evolui para uma sociedade de mercado, para o desenvolvimento da “sociedade da informação”. Sociedade de mercado é, por isso, a da dissociação. Nesse sentido, o enfraquecimento do “prestígio nacional” e da idéia de constituir-se um povo – esse amor da nação por ela mesma – regride.(MATOS, 2007)

O mercado não reconhece direitos, pois vale a "lei do mais forte", semelhante ao descrito por Marx, como lembra Matos (2008) em *Formações Econômicas Pré-capitalistas, quando massas inteiras de servos da gleba foram arrancadas de seu modo de vida, crenças e tradições e violentamente lançadas na selva das cidades, vindo a constituir, na Inglaterra, o proletariado moderno*. Afirma assim a autora que com o Estado mínimo em curso, e com a privatização sem um discernimento do que é público e a respectiva ligação do público com o privado, temos então a flexibilização das leis trabalhistas, desemprego crescente, miséria material e espiritual.

Olgária (2008) descreve que as novas massas, semelhantes às pertencentes ao século XIX, apontam a *ficção dos direitos civis*. Elas representam os *novos bárbaros*, são o *estrangeiro* de todas as sociedades, o *proletariado sem pátria, sem tradição*. Assim afirma que essa massa representa são todos os excluídos da modernidade. A autora afirma que direito, numa democracia, não o que depõe cidadãos, mas sim o que se exerce em seu benefício. Isto no sentido de sua permanente ampliação, àqueles dele desprovidos. Em seguida descreve que direito também significa *invenção permanente de novos direitos* e, principalmente, a significado do direito a ter direitos. A destituição de direitos trabalhistas visa a superconcentração e acúmulo do capital. Assim a economia *faz-se passar por um ciclo fechado de fenômenos objetivos*, melhor dizendo, *política econômica*. *Nela, os números se comportam como a oratória nos comícios: não são portadores de nenhuma objetividade irrefutável*.

Tem-se o futuro tendo como bússola norteadora os números, como forma unânime de se pensar. Reduz-se o pensamento às novas disponibilidades, as tendências, aos modismos. Retêm-se a ideias minizadas por temporalidades estatísticas. Assim corrobora Matos (2008) afirmando que a economia, por meio de estatísticas, porcentagens e números, como única maneira de pensar e de ser, é um poderoso redutor do pensamento. A autora descreve que o futuro é visto como previsível e controlável e só é evocado como justificativa do que se quer fazer no presente. Desta maneira no discurso oficial dos governantes não são reconhecidos os descontentes da civilização. Os conflitos sociais são considerados ilegais, e seus agentes, incompetentes sociais, de

modo a *não haver mais separação entre a posição dos dirigentes e o Poder, nem entre o poder do Estado e a sociedade.*

A tendência à dissolução dos Estados nacionais pelo capital transnacional privatizante (cujos critérios de autoridade correspondem aos interesses dos conglomerados no poder) e a determinação de todas as esferas da vida pelas leis do mercado apagam a separação entre o público e o privado, transformam o espaço público em imagem pública e o cidadão em cidadão-consumidor, como se observa no advento do marketing político. Com efeito, as atuais campanhas eleitorais inscrevem-se nas mudanças da esfera pública e no advento de práticas persuasivas ligadas à *peoplização*, segundo o modelo da imprensa tablóide inglesa das “celebridades” e do colunismo social. Dão-se no adotar técnicas do show business, os políticos imitando a vida de stars, sob a hegemonia das mídias de massa, da publicidade, do *talk show*, o conjunto atendendo à lógica comercial e recreativa.  
(MATOS, 2008)

Matos (2008) afirma que há pouco tempo atrás se diferenciavam propaganda e publicidade. A propaganda de ideias – no século XVIII europeu – correspondeu à composição de um espaço público nascido dos salões literários. A leitura consistia uma forma por excelência nobre da propagação dos valores de aprimoramento da convivência, da confiança, da solidariedade e da *philia social*. Já na propaganda moderna fazia parte às ideias iluministas para combater todos os tipos de preconceito e de obscurantismo, na política, na moral, na ciência, nas artes. *O espaço público foi a contrapartida da vida na corte, esta com seu culto da aparência e da imagem pública do valor de alguém.*

Atualmente, bem mais que produtos vendem-se votos por meio da propaganda, fundamentada no marketing político. São um *mix* de ferramentas de marketing aguerridos em conquistar eleitores. As disputas desenrolam em torno de uma guerra entre candidatos dispostos a pontuar situações peculiares e até mesmo fracassos particulares para derrubar o concorrente.

Olgária Mattos (2008) afirma que a política “*people*” liga propaganda e publicidade, advindo o marketing político, que se dirige aos consumidores de mídias, isto é, o corpo de eleitores. “*Revolução conservadora*”, uma vez que se assiste ao retorno do privado, da intimidade pessoal e da *personalização do poder*, de onde o tratamento cada vez mais agressivo nas campanhas eleitorais.

A mise-en-scène promocional da intimidade tem por corolário a imprensa sensacionalista e vedetizante, que a expõe e vive de escândalos, como denúncias de várias ordens e a curiosidade com respeito a preferências sexuais ou alimentares das celebridades. Os acontecimentos tomam a fórmula

dos faits-divers. Não são estranhos à forma pós-moderna da política traços populistas, pautados pelo fetiche das pesquisas de opinião; tais pesquisas determinam a construção de uma imagem pública, destinada a se tornar objeto de ódio ou amor. (MATOS, 2008)

A política, portanto é como que personalizada de acordo com os intuitos parlamentares. Adequa-se o personagem à demanda de “mercado” e veste-se a máscara de um protótipo de herói ou no dito popular um “salvador da pátria”. Sem bases para fazer uma crítica ao discurso, veem-se centenas de eleitores discutindo o que se quer que seja discutido.

De acordo com Matos (2008) essa personalização da política contradiz a concepção parlamentar das instituições republicanas. Assim, o debate nas eleições é guiado pela lógica da *conquista a qualquer preço dos cargos eletivos*, apelando para um sistema de preconceitos, suscitando o exercício sem escrúpulos de ressentimentos, fruto de uma “*rivalidade mimética*” com aquele que se ataca.

O cidadão, convertido em telespectador e “comentarista” político, confirma as carências e insuficiências do jogo político tradicional. Assim, também a sucessão de escândalos só pode ser mantida pelos procedimentos próprios à mídia, capaz de reunir, em um todo “coerente”, um conjunto de elementos desordenados de modo a impedir a reflexão, pois não há como distinguir o que é significativo e o que é insignificante nos noticiários. Cria-se um universo povoado de heróis e anti-heróis, de vítimas e de seus salvadores. (MATOS, 2008)

Além disso, nas palavras de Olgária (2008) “*politizar*” todas as dimensões da vida, incluindo a intimidade, é a expressão da *despolitização total*, pois são mobilizados aspectos *protofascistas* e *autoritários* de cada um, como bem o revelam as análises de Hannah Arendt sobre o *Totalitarismo*. Assim afirma a autora que o princípio dos discursos dos candidatos confirma a eliminação do debate de ideias pela política reduzida à “*prestação de serviços*”.

Que se pense na agenda midiática despolitizadora: cotas compensatórias que substituem o enfrentamento da exclusão econômica e cultural da maioria, quando deveriam ser apenas transitórias; indenizações para as vítimas do terrorismo de Estado e o silêncio sobre suas causas, com a consequente manutenção da prática da tortura no país. (MATOS, 2008)

Portanto, na visão de Matos (2008), as mazelas do cotidiano não são consideradas políticas para a agenda eleitoral: estes exigem e questionam reordenações do capitalismo contemporâneo baseado no descartável e seus resultados desagregadores

na vida urbana, dos congestionamentos à desconsideração de atitudes elementares de convivência.

As perspectivas traçadas na abordagem teórica de Hannah Arendt e Olgária Matos contribuem para a reflexão sobre os direitos dos indivíduos no espaço público e demonstram um paradoxo na identidade do cidadão contemporâneo que vive num horizonte que se inscreve na experiência da "banalização do Mal", volatilização da culpa e indiferença. A economia passa a determinar as esferas da vida do espírito, da memória, do mundo cultural e histórico. Há, então, um reducionismo da esfera pública devido à perda do mundo comum, acessível a todos, compartilhado de significações e valores, limitando o exercício da cidadania, a liberdade de ação e o discurso do indivíduo no espaço público, acarretando assim o vazio de sentidos na esfera privada.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDRT, Hannah. *A condição humana*. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.

\_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. Tradução Mauro W. Barbosa. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

MATOS, C. F. Olgária. *Cultura capitalista e Humanismo: educação, antipólis e incivilidade*. Revista USP, v. 74, p. 28-34, 2007.

\_\_\_\_\_. *O Mal-estar na contemporaneidade: performance e tempo*. In: Tempo e Performance, Revista Com Ciência nº 101, Set/2008.

\_\_\_\_\_. *Sociedade: Tolerância, confiança, amizade*. Revista USP: Dossiê Direitos Humanos no Limiar do Século XXI. n.37. abr/mai 1998.